

“(…) PARTIDOS QUE SE FUNDEM, AFIRMAM, NESSE ATO MESMO, A SUA VITALIDADE, NÃO MORREM; QUE TRANSFORMAR-SE NÃO É MORRER”¹: A FUNDAÇÃO DA UNIÃO REPUBLICANA E A SUA REPERCUSSÃO NA IMPRENSA CEARENSE DURANTE O PRIMEIRO ANO DA REPÚBLICA

Taynara Raquel Rodrigues dos Anjos²

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.19981093>

19

RESUMO:

Os primeiros anos da República foram marcados por expectativas, incertezas e reconfiguração das forças políticas monarquistas que se adaptaram à nova ordem fundando agremiações de caráter republicano. No Ceará, durante o primeiro ano da República, temos como exemplo de reconfiguração das antigas forças monarquistas o Club Democrático e a União Republicana. Levando em consideração essa conjuntura, este artigo busca analisar a fundação da União Republicana, agremiação liderada por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, percebendo quais eram seus objetivos a partir da observação de algumas das obrigações presentes em seu manifesto de fundação e destacar as considerações dos demais grupos políticos do período sobre o surgimento desse novo partido. Para isso, utilizamos como fonte os jornais *Gazeta do Norte*, *Libertador*, *Estado do Ceará* e *Cearense*, órgãos de imprensa de distintas agremiações políticas cearenses.

Palavras-chave: Ceará; República; Imprensa.

ABSTRACT:

The early years of the Brazilian Republic were marked by expectations, uncertainties, and the reorganization of monarchist political forces that adapted to the new order by founding republican associations. In Ceará, during the Republic's first year, this reconfiguration of former monarchist forces is exemplified by the *Club Democrático* and the *União Republicana* (Republican Union). Considering this context, this article examines the establishment of the Republican Union, an association led by Nogueira Accioly and Barão de Aquiraz, analyzing its objectives through the obligations outlined in its founding manifesto, while also highlighting contemporary political groups' perceptions of this new party's emergence. For this purpose, we draw on newspapers such as *Gazeta do Norte*, *Libertador*, *Estado do Ceará*, and *O Cearense*, press organs affiliated with different political factions in Ceará.

Keywords: Ceará; Republic; Press.

INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da República no Brasil foram marcados pelo desejo de ampliação de direitos e participação política da população. O período de transição entre as formas de governo que se demonstravam antagônicas gerou uma atmosfera de grandes expectativas entre as “camadas antes

¹ GAZETA do norte. *Gazeta do Norte*, ano XI, n. 154, Fortaleza, 15 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&pagfis=9171>. Acesso em: 10 set. 2021.

² Professora da rede pública municipal de educação de Fortaleza. Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará. Contato: profataynaradosanjos@gmail.com.

excluídas do jogo político”, grupos que almejavam participar das decisões políticas do país (Carvalho, 2011, p. 22). Frustrando as expectativas, os anos seguintes ao 15 de novembro de 1889, se caracterizaram por uma grande incerteza, período que Lessa (2015) denominou como anos “entrópicos”: período que corresponde ao início da República e antecede a chamada República oligárquica.

No contexto de incerteza dos primeiros anos da nova forma de governo, na província do Ceará, novos agentes sociais entravam em cena na vida pública (intelectuais, profissionais liberais, militares, clérigos). A aliança entre intelectuais e militares, resultou na fundação do Centro Republicano Cearense (1889-1892), agremiação que tomou para si a missão de regeneração da pátria e a liderança do governo provisório. Diante desse cenário, os ex-monarquistas foram rápidos em se adaptar à nova ordem e fundaram novas agremiações políticas. Como exemplo, citamos o Club Democrático e a União Republicana, fundadas em 1890.

A fim de um melhor entendimento a respeito das agremiações políticas citadas acima, destacamos, no período que antecede a Proclamação da República, a existência de dois grandes grupos políticos que se revezavam no poder no Ceará. Esses dois grupos surgiram da cisão dos partidos conservador e liberal na província, durante as disputas pela administração do governo provincial. O partido conservador se dividiu entre “Miúdos” e “Graúdos”; e o liberal, entre “Paulas” e “Pompeus”. Após a cisão, houve a aproximação entre os grupos liberais e conservadores, ligando-se os “Miúdos” aos “Paulas”, e os “Graúdos”, aos “Pompeus” (Montenegro, 1980, p. 41-43).

Com a Proclamação da República, esses grupos tomaram uma nova configuração, deixaram de lado as rivalidades políticas outrora existentes, e forjaram novas alianças. Diante desse movimento de reorganização política suscitado pela instauração da nova forma de governo no Brasil, neste artigo, temos como objetivo analisar a fundação da União Republicana, agremiação política fundada por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, percebendo quais eram seus objetivos a partir da observação de algumas das obrigações presentes em seu manifesto de fundação, bem como destacar as considerações dos demais grupos políticos do período sobre o surgimento desse novo partido veiculadas na imprensa cearense durante o primeiro ano da República.

Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos como fontes os jornais de distintas agremiações políticas do período, a saber: Gazeta do Norte (1880 – 1890), Libertador (1881 – 1892), Cearense (1846 – 1891) e O Estado do Ceará (1890 – 1891). Nesta pesquisa, utilizamos apenas aos números do ano de 1890, o primeiro da República.

Vale ressaltar que em meio à disputa pela administração da República no Ceará, a imprensa foi utilizada como uma poderosa ferramenta, indispensável aos agentes letrados nesse momento de tensão. Por meio dos jornais, uma prática letrada³, esses agentes compartilharam suas concepções e

³ Trata-se do uso cotidiano praticado entre aqueles que detêm o exercício da escrita e da leitura, tanto pela afirmação e domínio desse instrumental sobre aqueles que não o têm quanto pela apropriação dessas ferramentas

percepções sobre república durante seu primeiro ano de existência, apresentando, em seus jornais, narrativas que denunciavam os interesses de cada grupo.

O presente trabalho está dividido em dois tópicos. O primeiro, aborda brevemente o contexto de reorganização política das antigas facções monarquistas, trata a respeito da aliança que deu origem a União Republicana e apresenta a percepção de outros grupos políticos sobre o surgimento dessa agremiação. No segundo tópico, discutimos algumas obrigações presentes no manifesto da União Republicana relacionando-as aos textos publicados no jornal *Estado do Ceará*, órgão de imprensa da referida agremiação.

“(...) A EXTINÇÃO DOS VELHOS ANTAGONISMOS DE ESCOLAS”⁴: A FUNDAÇÃO DA UNIÃO REPUBLICANA

Tomamos conhecimento da existência da União Republicana por meio da historiografia cearense, cujo recorte temporal contemplava os últimos anos do século XIX no Ceará. Esse primeiro encontro foi proporcionado pela tese do professor Dr. Gleudson Passos Cardoso, intitulada “*Bardos da Canalha, Quaresma de Desalentos*”. *Produção Literária de Trabalhadores em Fortaleza na Primeira República* (2009), quando, no primeiro capítulo, o autor faz um mapeamento “sobre as forças sociais, culturas políticas e o jogo de interesses presentes” no contexto cearense do início da República, no qual seu objeto de estudo estava inserido (Cardoso, 2009, p. 65). Nesse trabalho, Cardoso (2009) apresenta a referida agremiação política como fruto da aliança entre grupos anteriormente adversários, e destaca, por meio da imprensa, seus esforços na disputa pela condução do partido Republicano no Ceará.

É fato que, naquele contexto de transição da Monarquia à República, os antigos grupos monarquistas buscaram ocupar um espaço no novo cenário. Logo durante o primeiro ano da nova forma de governo, lideranças políticas dos extintos partidos liberal e conservador, a saber, Conselheiro Rodrigues Junior, Nogueira Accioly, Barão de Aquiraz e Barão de Ibiapaba, declararam-se adeptos da República e fundaram agremiações que correspondessem melhor ao contexto republicano, uma mudando apenas o nome, outra, resultado da aliança de grupos antagonísticos. Assim, citamos, como exemplo dessas agremiações políticas, o Clube Republicano e a União Republicana.

Segundo o último número da *Gazeta do Norte*⁵, com a união de dois partidos antagonísticos do período imperial, funda-se, no cenário republicano cearense, um *grande partido patriótico* que

como formas de inserção e intervenção social, essas práticas são territórios de lutas, embates e disputas por exercício de poder e capital simbólicos. (Cardoso, 2016, p. 15).

⁴ GAZETA do norte. **Gazeta do Norte**, ano XI, n. 154, Fortaleza, 15 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103950&pagfis=9171>. Acesso em: 10 set. 2021.

⁵ Órgão de imprensa que representava a facção liberal Pompeu-Accioly.

possuía, em sua gênese, elementos tradicionais da antiga política: a União Republicana. Os discursos desta agremiação, presentes no jornal *O Estado do Ceará*, estavam em constante conflito com o órgão de imprensa do Centro Republicano Cearense, agremiação que se declarou republicana pura e regeneradora da ordem social e política do Ceará naquele momento. Ao compreender que a União Republicana era parte das manobras de ex-grupos monarquistas a fim de continuarem existindo no novo cenário político, e percebendo que o seu órgão de imprensa veiculava constantemente as percepções e representações de República, buscamos entender como se deu sua formação, quem foram seus idealizadores e fundadores e quais interesses motivaram o surgimento desta agremiação política.

Encontramos, no número 154 da *Gazeta do Norte*, último número desse jornal, do dia 15 de julho de 1890, um discurso informando e justificando a aliança entre dois grupos antagônicos do período imperial e a fundação da União Republicana como resultado desta aliança política. O discurso buscou transmitir uma ideia de sacrifício patriótico, ao mesmo tempo em que deixou transparecer saudosismo.

A primeira página deste número da *Gazeta do Norte* foi iniciada com um boletim convidando a todos os “concidadãos” a participarem da assembleia geral de fundação da União Republicana, que seria realizada no Club Iracema. O boletim foi assinado por Antonio Pinto Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz. O primeiro, chefe de uma facção liberal, o segundo, chefe de uma facção conservadora durante a monarquia.

Logo após o boletim, na coluna que recebia o mesmo nome do jornal, podemos ler o discurso a respeito da formação do “grande partido patriótico”. O texto foi produzido em nome dos dois grupos que se aliançavam, porém, é perceptível uma maior representação da facção política liderada por Nogueira Accioly, uma vez que a *Gazeta do Norte* era seu órgão de imprensa. Abaixo, apresentamos um trecho da publicação.

Está em via de formação um grande partido patriótico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionais da antiga política.

Os dois partidos que representavam os princípios antagônicos do constitucionalismo imperial, fundam [ilegível] organização permanente, acentuando assim, do modo mais claro, a extinção dos velhos antagonismos de escolas.

Este facto, que é tudo quanto puderam conseguir os nossos esforços e os dos eminentes cidadãos, a quem cabe a responsabilidade d’essa patriótica empresa, é o primeiro passo efetivo para a obra de fraternização, que tantas vezes temos aconselhado, com o único meio capaz de consumir-se, com a serenidade e segurança, a reorganização nacional. A esse generoso empenho votámos nossa atividade nos últimos meses; e hoje vimos fazer-lhe o último e mais nobre sacrifício. A sinceridade dos intuitos e o carácter definitivo dessa transformação reclamam necessariamente o desaparecimento de tudo aquilo que exprima tendências, direção e compromissos particulares das fracções que se congregam.

A *Gazeta do Norte* tem, pois, terminado a sua missão; e desde hoje, cessa de publicar-se.

Não é que se poderia dizer uma extinção: partidos que se fundem, afirmam, nesse ato mesmo, a sua vitalidade, não morrem; que transformar-se não é morrer (*Gazeta...*, 1890, p. 1).

Do trecho acima, retirado do último número da *Gazeta do Norte*, destacamos algumas passagens que consideramos fundamentais para compreendermos a importância da formação da União Republicana como uma estratégia política de inserção no cenário político em construção. A princípio, chama-nos a atenção, logo no segundo parágrafo, a afirmação a respeito da “extinção dos velhos antagonismos de escolas”. Esse excerto traz à tona uma discussão a respeito das alianças políticas no Ceará que antecede o recorte temporal da nossa pesquisa, mas que consideramos essencial para entender a relevância dessa união em torno da República em construção.

Na transição da monarquia para a república, no Ceará, segundo Weyne (1990), liberais e conservadores estavam divididos nas seguintes facções: Liberais Paulas, liderados pelo conselheiro Rodrigues Junior, representados na imprensa pelo jornal *Cearense*; Liberais Pompeus, liderados por Nogueira Accioly, tinham como órgão de imprensa o *Gazeta do Norte*; Conservadores Aquirazes ou Miúdos, chefiado por Gonçalo Batista Vieira, o Barão de Aquiraz, eram representados, na imprensa, pelo jornal *Pedro II*; Conservadores Ibiapabas ou Graúdos, dirigidos pelo Barão de Ibiapaba, Joaquim da Cunha Freire, cujo órgão de imprensa era o jornal *A Constituição*.

Esses quatro grupos surgiram da cisão dos partidos liberal e conservador na província do Ceará. De acordo com Montenegro (1980), no início da década de 1880, os liberais Paulas estavam unidos aos conservadores Aquirazes, e os liberais Pompeus estavam aliados aos conservadores Ibiapabas.

A esse tempo, as aproximações dos grupos adversos pela necessidade de luta pela vida; não no pensamento de abdicarem os seus princípios e se recolherem à sombra da bandeira contrária, mas se secundarem pelo voto e formarem coligações eleitorais, na ocasião dos pleitos representativos. Os Paulas [liberais ligados à família Alencar, proprietária do jornal *Cearense*] ligaram-se aos conservadores do *Pedro II* [conservadores “miúdos” liderados pelo Barão de Aquiráz], os Pompeus [liberais dissidentes, proprietários do jornal *Gazeta do Norte*] aos da *Constituição* [da família Freire, ala dissidente do partido conservador liderada pelo Barão de Ibiapaba]. Foi no convívio dessa união (...) que a *Constituição* e a *Gazeta do Norte* (conservadores e liberais) fraternizaram para o fim comum da emancipação dos escravos. (Brasil Filho, 1924, p.7-8 apud Cardoso, 2016, p. 60).

Retomando a análise do trecho que citamos, do discurso a respeito da formação do grande partido patriótico, percebemos que a aliança entre os grupos antagônicos é tratada como o último e mais nobre sacrifício realizado em prol da pátria, baseado na “fraternização”, que, segundo o discurso, seria o “único meio capaz de consumir-se, com a serenidade e segurança, a reorganização nacional” (*Gazeta...*, 1890, p. 1). A partir disso, questionamos: A aliança entre esses grupos seria um sacrifício em prol da pátria ou a única forma de permanecerem atuantes no cenário político cearense? Defender a ideia da fraternização como o único meio para a reorganização social teria como objetivo a aproximação aos republicanos?

Ainda sobre a fala referente à reorganização política desses antigos monarquistas, transcrevemos, abaixo, outro trecho que reflete um caráter saudosista e de descontentamento com o governo provisório do Ceará.

Um dia, vimos ruir, ao choque do ariete revolucionário, o majestoso edifício da organização imperial, á cuja sombra mais de meio século de liberdade e de glória fruirá esta nação. Curvámos a cabeça ao sopro de Deus, que sentíamos na fatalidade dos acontecimentos; mas não irrogámos uma injúria ao passado, ingratião covarde que tantos vimos cometer. Colocando os grandes interesses da pátria acima das teorias políticas e dos impulsos do coração e convencidos de que as formas de governo, aceitas pelos povos, só carecem de sábia direção, para assegurarem a liberdade e a ordem; não cessámos de trabalhar para que fossem mantidas, sob o novo regime, aquelas garantias fundamentais. Dia por dia, reclamámos a restauração da liberdade e dos direitos do cidadão. Pregámos a política da tolerância, da fraternidade, da construção. Desprendemo-nos de todas as ambições, protestando, mais de uma vez, nosso desprezo pelas posições, que nos não viessem da confiança, expressa e livre, de nossos concidadãos. A princípio, aconselhadores comedidos e discretos do governo; depois, quando á má parte eram tomados os nossos conselhos, respondidos com o desdém, a injúria e a guerra, aceitamos o combate, firmes e intemeratos. Contrariamos corajosamente a política exclusivista, desorganizadora, insensata que se inaugurou este estado (Gazeta..., 1890, p. 1).

A partir da leitura e análise deste trecho, notamos uma valorização do passado imperial, um passado muito recente, pois estamos tratando de um discurso produzido 8 (oito) meses após a proclamação da República no Brasil. O texto se reporta ao período imperial como uma época de liberdade e glória, um “majestoso edifício”. Mas, apesar desta contemplação do passado, esses grupos acreditam que qualquer forma de governo só carece de sábia direção para obter êxito, ou seja, não importa se a forma de governo é uma monarquia ou uma república, o essencial é ter as pessoas “certas” à frente da administração (Gazeta..., 1890, p. 1).

Percebendo que não seriam “aproveitados” pelos republicanos, tendo seus conselhos rejeitados e respondidos com injúria e desdém, resolveram formar uma aliança, fundando uma agremiação política com aspectos republicanos para disputar a construção e administração dessa nova ordem, defendendo uma República moderada. Decidiram combater não à instituição republicana em si, mas àquela que se desenhava no Ceará, considerada, por eles, autoritária, com ordens e decretos “incompatíveis com a dignidade humana” (Gazeta..., 1890, p. 1).

A fim de entendermos como a fundação da União Republicana repercutiu na sociedade cearense do período, procuramos perceber como alguns jornais de maior circulação e de grupos políticos distintos abordaram essa notícia, para isso, elencamos o *Libertador* e o *Cearense*. O primeiro jornal foi o órgão de imprensa do Centro Republicano Cearense; o segundo, foi órgão de imprensa da facção liberal liderada pelo Conselheiro Rodrigues Junior, que, com a proclamação da República, deixou de ser órgão liberal e se declarou democrático.

Como já abordado anteriormente, em 15 de julho de 1890, a *Gazeta do Norte* informou à população cearense a fundação do novo partido patriótico e convidou a todos os concidadãos a participarem da cerimônia de instalação. No dia seguinte a essa notícia, o nº 161 do jornal *Libertador*, de 16 de julho de 1890, também tratou da criação do novo partido, bem como mencionou a despedida da *Gazeta do Norte* da imprensa cearense, o que fez em poucas linhas, poupando palavras e espaço de sua segunda página. O jornal limitou-se a reproduzir pequenos trechos do discurso assinado por Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, discurso que buscava apoio dos (e)leitores à União Republicana.

No pequeno espaço dedicado a esta notícia, ao final de sua segunda página, o *Libertador* enfatiza o seguinte trecho: “Está em via de formação um grande partido patriótico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionais da antiga política” (*Gazeta...*, 1890, p. 1). Após esta fala, o jornal traz mais um trecho, apresentando o jornal *O Estado do Ceará* como fruto da fusão dos jornais *Brazil: ordem e progresso*, outrora *Pedro II*, e o jornal *Gazeta do Norte*. Não houve nenhum comentário do jornal a respeito da aliança entre as facções outrora monarquistas, nenhuma impressão sobre a criação da União Republicana.

A partir dessa abordagem feita pelo *Libertador*, percebemos que o Centro Republicano Cearense optou por não dar destaque à aliança de grupos que faziam oposição ao governo provisório do Ceará. Mas, mesmo sem manifestar suas considerações de forma explícita, ao enfatizar o trecho que se refere à agremiação como “o grande partido patriótico, pela assimilação definitiva de elementos tradicionais da antiga política”, compreendemos que, dessa forma, o Centro republicano Cearense, por meio do seu jornal, quis destacar que a antiga política era a gênese do novo partido que estava surgindo e isso não era compatível com a República. O excerto foi mencionado duas vezes no curto espaço que o *Libertador* destinou à notícia.

Diferentemente do *Libertador*, o jornal *Cearense*, órgão de imprensa do Club Democrático, dedicou grande parte da primeira página do número 162, de 23 de julho de 1890, à fundação da União Republicana, expressando a percepção do grupo liderado pelo Conselheiro Rodrigues Junior a respeito da aliança entre Nogueira Accioly e Barão do Aquiraz. Mas, antes de abordarmos o conteúdo publicado no *Cearense* do dia 23 de julho de 1890, consideramos importante destacar que, no número 158, do dia 18 de julho de 1890, o jornal fez um discurso a respeito do surgimento de novas facções políticas, porém, sem menções diretas à nova agremiação que seria fundada no dia seguinte.

Os partidos são, diz notável publicista, um mal inerente aos governos livres, não tendo em todos os tempos o mesmo caráter e os mesmos instintos.

A fase por que passamos é de formação dos grandes partidos, que são aqueles que se interessam mais pelos princípios do que pelas suas consequências; mais pelas generalidades do que pelos casos particulares; mas pelas ideias do que pelos homens. Estes partidos têm – em geral – traços mais nobres, paixões mais generosas, convicções mais reais, conduta mais franca e ousada que os outros.

Os pequenos partidos pelo contrário são em geral sem fé política. Como não se sentem elevados e sustentados por grandes objetos, seu caráter ressentem-se de um egoísmo que se manifesta ostensivamente em cada um dos seus atos. Os meios que empregam são miseráveis com o fim a que eles se propõem.

(...) combatemos há muito a facção centrista por ter dividido – criminosamente – a família cearense, que era acorde na ideia de manter e organizar o regime republicano; combatemos energicamente, sem tréguas, à essa facção egoísta e exclusivista, antidemocrática e antipatriótica.

Perseverando no mesmo pensamento, havemos de combater pela mesma forma, qualquer outra facção que se levante com intuítos iguais ao do *Centro*; tome ela o título, denominação ou a máscara que tomar.

Lamentamos que novas facções se levantem, com pretensões políticas, mas sem representar uma ideia, nem personificar um princípio que se possa claramente definir e conhecer (Cearense, 1890, n. 158, p. 1).

O discurso presente neste número do Cearense suscita várias reflexões a respeito do contexto. Aqui, destacamos um trecho da publicação, bem considerável, por sinal, tanto em tamanho quanto em conteúdo. Apesar do discurso, em sua totalidade, abordar as querelas que envolviam o período de preparação para as eleições para a constituinte, buscamos evidenciar a percepção do grupo político, representado por este jornal, a respeito do surgimento de novos partidos. Além disso, observamos, no excerto, a aversão do Club Democrático ao Centro Republicano Cearense, a quem se refere no texto por *Centro e facção centrista*.

Abordando as percepções a respeito do surgimento de novos partidos, o texto trata da importância e dos objetivos dos grandes partidos e afirma que aquele momento era a fase de formação destes, caracterizados por se interessarem por questões mais amplas, ideias e princípios, não sendo guiados por interesses particulares. Para fins de comparação, os partidos considerados pequenos também são abordados no texto. Entendemos que a palavra *pequeno* não se referia apenas à proporção do partido e ao seu número de adeptos, mas, principalmente, aos seus objetivos. Esses partidos, caracterizados por praticarem atos egoístas e sem fé política, tinham seus interesses particulares como motor.

Seguindo a ordem das ideias dispostas no texto, a partir da leitura e análise desse discurso, percebe-se que o Club Democrático atribui ao Centro Republicano Cearense, referenciado como facção centrista, a divisão da “família cearense”, deixando bem claro a aversão ao grupo político centrista, considerado egoísta, exclusivista, antidemocrático e antipatriótico, tudo aquilo que não correspondia, ou, pelo menos, não deveria corresponder, à República. Assim como combatiam o *Centro*, estavam dispostos a combater qualquer outra facção que surgisse com propósitos iguais aos do CRC. Por fim, lamentaram o surgimento desses novos grupos sem ideia e princípio claros. Tendo em vista que esta publicação foi realizada um dia antes da cerimônia da fundação da União Republicana, acreditamos que o *Cearense*, ao falar sobre partidos pequenos e o surgimento de novas facções no contexto cearense, estivesse se referindo à União Republicana.

Agora seguimos para o número 162, no qual evidenciamos considerações mais diretas a respeito da aliança política entre Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz. Percebendo como a

agremiação, fruto dessa aliança, foi recepcionada pelo Club Democrático e quais impressões foram compartilhadas com seus leitores. Essas considerações não foram publicadas na coluna principal do *Cearense*, mas ocuparam um grande espaço de destaque no jornal, pois as opiniões sobre a União Republicana estavam presentes na primeira e na segunda página. Na primeira página, na coluna *Chronica Política*, o discurso é mais direto e marcado por sarcasmo. Na segunda página, na coluna *Communicado*, identificamos uma fala mais abrangente, referindo-se às modificações causadas pela imprensa oposicionista e, de forma implícita, mais considerações sobre a fundação do “novo partido patriótico”.

Segundo Fernandes (2006), a coluna *Chronica política* do jornal *Cearense* “se dizia ser *os olhos públicos*”, tinha um caráter informal, sarcástico e apresentava apoio ou críticas à administração em voga. Analisando a referida coluna da edição de 23 de julho de 1890, percebemos de fato as características citadas pela autora, das quais o sarcasmo é a mais evidente. Abaixo, segue o trecho que selecionamos do texto que representa *os olhos públicos*, segundo o *Cearense*, a respeito da União Republicana.

Perante numeroso auditório efetuou-se na noite de 19 do corrente, no edificio do Club Iracema, a “União Republicana” o casamento civil entre os Srs. Aquiraz e Accioly.

Os nubentes dispensaram a cerimônia religiosa; e, com quanto não efetuado perante a autoridade competente, o contrato garante a indissolubilidade matrimonial pela seguinte cláusula:

“Não se trata, - fique isto bem claro, - não se trata de uma coligação ocasional, determinada por interesses efêmeros, subordinada a condições transitórias.”

(...)

Parece-nos entretanto que a “União” não tem ambições, limitando-se a querer justamente o que também quer o Centro Republicano, e isto não é muito, uma vez que, partido do *futuro* e não do *presente*, jamais recusará sua patriótica coadjuvação aos manipuladores da ideia republicana, que tanto têm trabalhado para a nossa felicidade (*Chronica...*, 1890, p. 1).

A coluna tratou a cerimônia de fundação da União Republicana como a realização do “casamento civil” entre o Barão de Aquiraz e Nogueira Accioly, uma metáfora utilizada para representar a aliança política entre as facções que, antes da Proclamação da República, estavam em lados opostos, pelo menos aparentemente. A seguir, o redator do texto cita um trecho, que acreditamos ser do manifesto da União Republicana, a fim de ironizar as intenções da aliança firmada, abordando-a como a cláusula de um contrato que garante a “indissolubilidade matrimonial”. No trecho acima, os fundadores do “novo partido” buscam afirmar que os interesses que levaram à formação dessa “coligação” não são efêmeros.

Analisando a crônica e o discurso do redator do *Cearense*, que vinha logo após, percebemos que o Club Democrático já denunciava uma aproximação da União Republicana, recém-fundada, ao

Centro Republicano Cearense, agremiação autodeclarada regeneradora da sociedade cearense. Denunciava-se algo que seria concretizado em 1892⁶.

Na coluna *Comunicado*, da segunda página do jornal, observamos um discurso a respeito da reorganização política ocasionada pela República. Segundo o *Cearense*, após a proclamação da República, todos os elementos da massa política do Ceará entraram em conflito “químico tornando-se perfeitamente sensível a deslocação dos elementos, notando-se perfeita tendência para formação de um corpo político inteiramente novo, animado dos mais puros sentimentos(...)” (Comunicado..., 1890, p. 2). Esse corpo “político novo” não tinha nada de novo, pois era composto pelos antigos monarquistas que aderiram à República após a queda da Monarquia. Por estarem à margem das decisões administrativas e sem perspectivas de vaga para a constituinte, nesse discurso, o Club Democrático mais uma vez critica os rumos que o regime republicano vai tomando no Ceará e incentiva o “povo” a participar da construção do novo regime.

O número 162 do *Cearense* é riquíssimo em conteúdo a ser abordado e nos renderia uma discussão ampla a respeito de República: opinião como o princípio da atividade política e representante da vontade do povo; participação política; eleições para a constituinte e elaboração da constituição; reorganização e aliança política. Das várias possibilidades, destacamos as percepções a respeito da União Republicana enquanto resultado de uma aliança política. Ao contrário do CRC, o Club Democrático, por meio do seu órgão de imprensa, dedicou um grande espaço ao “novo partido”. Fez várias reflexões e ironizou bastante as motivações que levaram à sua fundação.

É perceptível que a instalação da União Republicana desagradou esses antigos monarquistas, uma vez que foi percebida como uma estratégia de aproximação da administração do Ceará, com o objetivo de conquistar vagas na constituinte. O que fica bem explícito no seguinte trecho:

Nada exige do governo; mas se este por sua espontânea vontade quiser obrigá-la aceitar num certo número de deputados ao congresso ou algum senador, o caso muda de figura: fica o dito por não dito.

Desta maneira a dedicação e lealdade que garante ao *Centro* não terá limites (Chronica..., 1890, p. 1).

Percebendo que estavam cada vez mais à margem da política cearense e observando a aproximação de duas facções, outrora monarquistas, aos republicanos, o Club Democrático apresenta, no *Cearense*, grande insatisfação com o contexto político dos primeiros momentos da República no Ceará e faz inúmeras críticas à União Republicana e ao Centro Republicano Cearense.

A fim de discutirmos mais sobre a agremiação fundada por Nogueira Accioly e Barão do Aquiraz e entendermos sua importância para as articulações políticas realizadas no Ceará daquele

⁶ Em 1892, a fusão do Centro Republicano Cearense e a União Republicana deu origem ao Partido Republicano Federalista no Ceará.

momento, no tópico seguinte, analisamos alguns artigos que estavam no manifesto da União Republicana, aqueles cujo conteúdo apareceu de maneira mais explícita e recorrente nas narrativas do órgão de imprensa.

“1º A CONCORRER PARA A ORGANIZAÇÃO E O ENGRANDECIMENTO DESTE ESTADO”⁷: O MANIFESTO DA UNIÃO REPUBLICA

Acreditamos que esse manifesto tenha sido publicado no 1º número do jornal *O Estado do Ceará*, o qual, por infortúnio, não conseguimos localizar por completo. Esse número do jornal não está disponível no acervo virtual da Biblioteca Nacional, e no Instituto Histórico do Ceará encontramos apenas a primeira página, que apresenta anúncios de serviços e bens de consumo. Contudo, observamos que o *Cearense*, ainda em seu número 162, reproduziu alguns artigos desse manifesto.

Após afirmar que, naquele momento, a União Republicana ainda não tinha um programa, o jornal do Club Democrático apresentou 18 artigos do manifesto da agremiação que acabara de ser fundada. A União Republicana obrigava-se:

- 1º a concorrer para a organização e o engrandecimento deste Estado;
- 2º cercar de todas as garantias o exercício dos direitos individuais, respeitando também a igualdade de todas as classes;
- 3º resguardar a liberdade e os direitos da santa religião de nossos pais;
- 4º permitir ação livre e harmônica aos poderes políticos;
- 5º assegurar a independência de magistratura, colocando-a em esfera inacessível á intervenção das paixões populares e de partido;
- 6º garantir o funcionalismo público;
- 7º levantar o nível intelectual da população;
- 8º destinar o melhor das rendas do Estado ao desenvolvimento da cultura inicial;
- 9º promover o bem estar das classes operarias;
- 10º fomentar o espírito de associação, criando o ensino profissional;
- 11º conceder razoável proteção as nossas indústrias;
- 12º aumentar a riqueza pública;
- 13º realizar melhoramentos;
- 14º desoprimir o mercado;
- 15º introduzir, quanto antes, na aplicação das rendas do estado economia severa e escrupulosa fiscalização;
- 16º estabelecimento imediato das liberdades municipais;
- 17º dar na política interna o mais largo desenvolvimento ao princípio federativo;
- 18º evitar preferências odiosas e funestos antagonismos (Chronica..., 1890, p. 1).

⁷ CHRONICA Política. *Cearense*, ano XLIV, n. 162, Fortaleza, 23 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%20a9%20construir&pagfis=22790>. Acesso em: 3 set. 2021.

Entendendo que não conseguimos dar conta de um evento por completo, e que a construção da narrativa histórica é realizada a partir de recortes, selecionamos apenas alguns artigos desse manifesto para discutirmos. Abordamos os artigos seguindo a ordem na qual foram apresentados. Acreditamos que esta ordem, de algum modo, determina a relevância dessas “obrigações” para a União Republicana.

Seguindo esta lógica, consideramos que a 1ª obrigação, “concorrer para a organização e o engrandecimento deste Estado”, tenha sido a mais importante para a agremiação, uma vez que, considerada por seus fundadores como um grande partido patriótico, a União Republicana foi criada com objetivo de inserir os antigos monarquistas das facções liberal e conservadora no cenário político republicano.

Objetivando analisar parte do manifesto da União Republicana que foi apresentado pelo jornal *Cearense*, buscamos estabelecer uma conexão entre três obrigações presentes no manifesto e os discursos contidos no jornal *O Estado do Ceará*. As obrigações selecionadas foram as seguintes: “1º a concorrer para a organização e o engrandecimento deste Estado”, “3º resguardar a liberdade e os direitos da santa religião de nossos pais” e “9º promover o bem estar das classes operarias” (CHRONICA..., 1890, p. 1).

Concorrer para a organização e o engrandecimento do Estado era o principal foco do “grande partido patriótico”. Identificamos, em vários números d’*O Estado do Ceará*, discursos que deixavam explícito o interesse dos membros da União Republicana em concorrer para a organização do Estado. Esses discursos tinham como assunto principal as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1891. Analisando *O Estado do Ceará*, percebemos que, nos seus primeiros dias de circulação, seus redatores não foram tão incisivos em atacar as medidas do governo provisório, o que foi percebido pelos demais grupos políticos do período como uma tentativa de aproximação da administração do Ceará.

Após receber inúmeros ataques, principalmente do Club Democrático, a União Republicana resolveu explicar por qual motivo fez críticas discretas à condução da república no Ceará durante os primeiros números do seu jornal. Em 8 de agosto de 1890, no número 17 d’*O Estado do Ceará*, a agremiação fez um discurso destinado a combater os rumores de uma possível tentativa de aproximação entre o governo provisório e o Centro Republicano Cearense; justificaram a atitude discreta diante das ações do governo provisório e reafirmaram o compromisso de lutar contra a tirania no Ceará.

A atitude discreta que, nos poucos dias decorridos de sua fundação, a União Republicana e seu órgão na imprensa têm guardado em relação aos atos do governo, resulta necessariamente das condições em que e dos intuitos com os quais se formou aquele partido.

Iniciando o trabalho inadiável de organização das forças políticas, ainda esparsas e desagregadas, tínhamos o dever de concentrar todos os nossos primeiros esforços,

para que essa patriótica empresa não fosse perturbada por elementos internos de dissolução, quais poderiam ser a influência de nossos sentimentos individuais e de nossos compromissos de grupos (Perante..., 1890, p. 2).

Após a Proclamação da República, os monarquistas ficaram à margem do novo contexto político durante seus primeiros momentos. As antigas forças políticas encontravam-se dispersas e buscavam se encaixar na nova ordem. A partir do trecho citado acima e da análise dos discursos das demais fontes desta pesquisa, percebemos os esforços desses grupos para permanecerem politicamente ativos na sociedade cearense.

Ao justificar a atitude discreta em relação aos atos do governo, a União Republicana reforça o princípio da fraternidade, sob o qual a agremiação foi fundada. Almejando participar da reorganização nacional, pregavam a abnegação dos interesses pessoais e a união de todas as forças políticas em favor da pátria. Buscando participar dessa reorganização, antes de qualquer coisa, os líderes desse “partido nascente” precisavam concentrar esforços para consolidar a aliança que deu origem à agremiação, bem como montar uma chapa forte para concorrer às eleições para a Constituinte.

E mais manifestas fizemos nossas disposições e atitude, quando, indo ao encontro de infundadas versões, declaramos, no editorial do 1º número desta folha, que com o governo não tínhamos aproximação alguma.

Mas do programa em que apelávamos para o esforço de todos os nossos concidadãos, afim de reorganizar-se a pátria pela fraternidade, teríamos destoadado, si, partido nascente, houvésemos tomado a iniciativa de uma luta de antagonismos antipatrióticos e de veementes hostilidades (Perante..., 1890, p. 2).

Esse discurso unionista da União Republicana desagradava ao Club Democrático, que não dava trégua ao governo provisório, sempre denunciando atividades arbitrárias. Contudo, esse desejo de união, esse sentimento de fraternidade, não estava presente em todas as publicações d’*O Estado do Ceará*. Ao passo que a eleição para a Constituinte se aproximava, os ânimos a floravam e os discursos se tornavam mais agressivos.

A fim de cumprir com o que haviam sido proposto em seu manifesto, sobretudo no que concernia a concorrer para a organização e engrandecimento do Estado, a União Republicana apresentou seus candidatos à Constituinte à população por meio do jornal *O Estado do Ceará*, no dia 22 de agosto de 1890. Como forma de contextualizar a apresentação da chapa e pedir o apoio dos eleitores, foi publicada, na coluna que levava o mesmo nome do jornal, uma breve declaração tratando das dificuldades impostas pelo regulamento eleitoral que favoreceriam as fraudes do governo provisório.

No último parágrafo da declaração, que antecede os nomes dos candidatos, a União Republicana deixa explícito os esforços praticados em prol da formação de uma chapa que tivesse a responsabilidade comum das forças oposicionistas. Contudo, isso não foi possível. O parágrafo transmite um sentimento de desapontamento. Entretanto, apesar de não conseguirem formar a chapa

que idealizaram, sentiam que seus pensamentos e ideias estavam bem representados pelos candidatos que levariam às urnas.

PARA SENADORES:

Barão do Aquiraz, proprietário, residente na Fortaleza;
Bacharel Antônio Pinto Nogueira Accioly, industrial, residente na Fortaleza;
Bacharel Leandro Bezerra Monteiro, advogado, residente na Parahyba do Sul.

PARA DEPUTADOS:

- 1 Bacharel Manoel Ambrosio da Silveira Torres Portugal, advogado, residente em Fortaleza;
- 2 Bacharel Virgilio Augusto de Moraes, advogado, residente na Fortaleza;
- 3 Dr. Joaquim Bento de Souza Andrade, agricultor, residente em Messejana;
- 4 Dr. Ildefonso Correia Lima, medico, residente na Fortaleza;
- 5 Bacharel Joaquim Felicio de Almeida Castro, proprietário, residente na Fortaleza;
- 6 Bacharel Gonçalo de Almeida Santo, proprietário, residente na Fortaleza;
- 7 Dr. Helvecio Monte, médico, residente na Fortaleza;
- 8 Bacharel Francisco Fernandes Vieira, criador, residente na Fortaleza;
- 9 Bacharel Francisco de Assis Bezerra de Menezes, advogado, residente em Baturité;
- 10 Dr. Francisco Sá, engenheiro, residente na Fortaleza.

Fortaleza, 19 de agosto de 1890

Barão do Aquiraz.
Antônio Pinto Nogueira Accioly.
(Ao Eleitorado..., 1890, p. 2).

Nos números seguintes do jornal, a chapa foi frequentemente mencionada como aquela recomendada pela União Republicana. As denúncias a respeito das fraudes eleitorais também estiveram presentes em vários números de *O Estado do Ceará*. Assim, tornam-se evidentes os esforços da agremiação em cumprir, por meio do seu órgão de imprensa, com a primeira pauta do seu manifesto, aquela em que se obrigavam a concorrer para a organização do Estado. A formação de uma chapa para concorrer à eleição da Constituinte, as denúncias de fraudes praticadas pelo governo provisório e os discursos solicitando apoio, direcionados aos eleitores, foram estratégias utilizadas pelo “partido político” liderado por Barão do Aquiraz e Nogueira Accioly.

Outro ponto do manifesto que esteve muito presente nas publicações do órgão de imprensa da União Republicana foi a defesa da Igreja Católica, que, no referido documento, foi denominada como a “a santa religião dos nossos pais”. Os novos republicanos⁸, aqueles que faziam parte da União Republicana e do Club Democrático, discordavam do decreto que determinava a separação entre a Igreja e o Estado. O decreto do dia 07 de janeiro de 1890, enviado aos governadores dos Estados, por telegrama, e publicado no jornal *Libertador* em 10 de janeiro do mesmo ano, instituía, dentre outras coisas, a liberdade de culto de todas as religiões e extinguiu o sistema de padroado. O Estado buscava

⁸ Os que aderiram à república após a proclamação.

se desvincular de qualquer confissão religiosa, ao mesmo tempo em que defendia o direito de liberdade a todas as religiões presentes no país.

Para Ruy Barbosa, um dos grandes idealizadores da república no Brasil, a separação entre Igreja e Estado traria a libertação de todos os cidadãos. Essa liberdade seria garantida, de fato, após a aprovação da Constituição Federal, mas já estava sendo moldada pelo decreto. Ruy Barbosa defendia a independência dessas duas instituições, o Estado e a Igreja: uma não deveria depender da outra, a Igreja Católica tendo que se contentar com “suas forças naturais”, sem nenhum auxílio do Estado.

Em 21 de agosto de 1890, o jornal *O Estado do Ceará* publicou um discurso a fim de apoiar o protesto dos bispos brasileiros. Os números 26 e 27, respectivamente veiculados nos dias 21 e 22 de agosto de 1890, compartilhavam com a população cearense a *Reclamação do Episcopado Brasileiro*, junto ao chefe do governo provisório, o *Exmo. Sr. Marechal Deodoro da Fonseca*, a respeito dos “papéis públicos” (decretos) e o projeto de Constituição Nacional que seria submetido ao Congresso Federal Constituinte. No discurso, intitulado *O protesto dos bispos*, a União Republicana justificou e reforçou seu apoio à Igreja Católica, repudiando as medidas de intolerância e de hostilidade ao catolicismo.

Vão ver os nossos leitores a página mais brilhante da história contemporânea de nossa pátria.

O eco solene dos primeiros tempos, da idade das maiores tribulações e das maiores glórias do cristianismo, a palavra divina com que os primeiros Defensores da Fé afrontavam, intemeratos, os imperadores e os déspotas, ressoa nessa linguagem firme, serena, majestosa com que os Apóstolos do Brasil apontam ao Ditador os grandes erros de seu governo (O Protesto..., 1890, p. 2).

Segundo a União Republicana, o cristianismo já havia passado por tempos de tribulações e enfrentado imperadores e déspotas a fim de defender a Fé. E, naquele momento, enfrentavam o ditador de forma majestosa, apontando os erros imperdoáveis que vinham cometendo contra a Igreja Católica. Percebemos, a partir da leitura desse discurso, que agremiação política compreendia a Igreja como uma aliada na disputa pela organização e condução do Estado e, por isso, dispunha-se a defender a fé católica.

O texto ainda descreve, brevemente, sob a ótica dos antigos monarquistas, o contexto sobre o qual a reclamação dos bispos tratava. O período é retratado como tempos de amarga desilusão e esmorecimento. A atmosfera da corrupção e do medo sufocava os mais puros ideais. Apesar dessas condições adversas, entretanto, a fé católica era capaz de inspirar as grandes e nobres coragens e fazer crer que ainda era possível reacender a chama da liberdade. Ao publicar as reclamações do episcopado com relação à república que estava sendo construída, a União Republicana acreditava que os “concidadãos” do estado recobriam a confiança na vitória “da causa que nunca foi vencida”. A causa nunca vencida, à qual o discurso se refere, seria a liberdade ou a Igreja Católica?

Os bispos brasileiros, representados por uma comissão, reclamavam ao governo provisório a perda dos privilégios da Igreja Católica no Brasil. Iniciaram o documento falando sobre a liberdade prometida pela república e as ilusões que nutriam a respeito da nova forma de governo. Alguns parágrafos após a fala das decepções causadas pela república logo no seu primeiro ano, o texto apresenta o verdadeiro motivo do protesto dos bispos, que alegavam estar lutando pela liberdade.

Na pastoral Coletiva que dirigimos ao Clero e aos fiéis da Igreja brasileira, alçamos bem alto o pendão católico; profligámos com energia, sim, mas também com calma cheia de dignidade, a clamorosa injustiça praticada contra a Igreja Católica, excluída ignominiosamente de toda relação oficial com o Estado, banida das escolas, dos colégios, de todos os estabelecimentos do governo, e esbulhada da dotação que lhe era devida pelo erário nacional para sustentação e decoro do culto. Desvendamos, por uma exatíssima exposição de princípios, a falsidade do ominoso sistema, que, a pretexto de liberdade de consciência, escancara as portas a todos os cultos, nivelando assim a verdade com o erro, e pondo na mesma categoria a Religião santíssima de Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, e as tristes seitas engendradas pelo orgulho e a paixão de homens desvairados. (Reclamação..., 1890, p. 2)

No trecho apresentado acima, o Episcopado tratou do fim da relação entre Igreja e Estado, da exclusão, de forma vergonhosa, da religião cristã dos estabelecimentos do governo. Segundo os bispos, a República era um sistema falso e omissivo que utilizava a liberdade como subterfúgio para autorizar todos os cultos. O novo regime estava cometendo um grande erro ao colocar a religião do *Filho de Deus* na mesma categoria que as seitas.

Problematizar o início do processo de laicização do Estado brasileiro não é nosso objetivo. Todavia, faz-se necessário observar os discursos que estão relacionados a esse processo nos primeiros momentos da construção da república no Brasil, uma vez que nos possibilita perceber, a partir dos registros da imprensa, a relação entre os novos republicanos e a Igreja católica.

Para concluir esse momento, durante o qual buscamos relacionar a terceira obrigação presente no manifesto da União Republicana, “resguardar a liberdade e os direitos da santa religião de nossos paes”, com os discursos, presentes no jornal *O Estado do Ceará*, em defesa da Igreja Católica, destacamos mais um trecho da *Reclamação do Episcopado Brasileiro*.

Reclamamos também, Sr. Marechal, contra a odiosa lei de exceção fulminada contra o Clero nacional, a quem a Constituição, com a mais clamorosa injustiça, despoja de um direito reconhecido a todo o cidadão! De que crime, com efeito, se tornou réu o Clero do Brasil para ser assim ferido de inabilidade jurídica para a nobre missão de representar os seus concidadãos nos comícios da nação, onde tantas graves questões de interesse público e social se ventilam, a que ele, mais em contacto com o povo, poderia, como D. Romualdo, como tantos outros, levar o contingente das mais brilhantes luzes? Pois não é a república a forma de governo que franqueia indistintamente a todos os cidadãos o acesso aos mais altos cargos do Estado, só atendendo aos méritos pessoas de cada um? Por que lança, pois, a Constituição da República brasileira o desprezo e o vilipêndio sobre uma classe inteira de cidadãos respeitáveis, e que, tendo de exercer na sociedade um ministério auguste e

sacratíssimo, tão necessário ao bem da mesma sociedade, é rodeado por todos os povos cultos de consideração e acatamento?
Só no Brasil, Sr. Marechal. Julga-se conveniente e decoroso nivelar os membros do Clero nacional com os analfabetos, os sentenciados, os banidos, os mentecaptos e reduzir-nos à ínfima esteira de *pariás* em nossa própria pátria!
Que injustiça e que ignomínia! (Reclamação..., 1890, p. 2-3)

Deveras, o documento direcionado ao Marechal Deodoro da Fonseca estava repleto de reclamações da Igreja Católica. No último trecho que citamos, os bispos protestavam contra o artigo 70 do projeto de Constituição Federal, que, no parágrafo 2º, tornava inelegíveis os cidadãos não alistáveis, protesto que se justificava pelo fato de, aos “religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediência, regra, ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual” (Brasil, 1891), não ser atribuído o direito ao alistamento eleitoral, o que, por conseguinte, os tornava inelegíveis.

O discurso ironiza bastante um dos princípios fundamentais da república: a liberdade. Questiona que crime o Clero brasileiro cometeu para ser tão desprezado e desvalorizado pela República brasileira, sendo impossibilitado de representar os cidadãos. Essas ações não correspondiam com o que a nova forma de governo pregava. Além disso, segundo o episcopado, não bastasse tamanho desprezo, o projeto de Constituição ainda equiparava o Clero brasileiro aos analfabetos. Ao final do trecho, conseguimos perceber a fúria do episcopado, sobretudo quando se refere aos demais grupos excluídos do direito ao voto como mentecaptos.

Poderíamos continuar, ainda por muitos parágrafos, a abordagem da *Reclamação do Episcopado Brasileiro*, tendo em vista o tamanho do documento e o conteúdo riquíssimo referente à relação entre Estado e Igreja nos primeiros momentos da República. Porém, os trechos destacados neste tópico nos fornecem material suficiente para compreendermos o empenho da União Republicana em defesa da Igreja Católica.

Vimos que a Igreja Católica, de acordo com os “papéis públicos”, estava à margem das decisões políticas e havia perdido os benefícios outrora concedidos pelo governo. Contudo, ainda possuía grande influência sobre a população, e tal influência foi percebida pelos antigos monarquistas, recém-adeptos da república, que também foram colocados à margem das decisões políticas, como forma de se fortalecer e concorrer à eleição para a Constituinte. Com o Clero inelegível, necessitando que suas causas fossem representadas, e antigos monarquistas buscando apoio dos cidadãos alistados, a aliança entre esses grupos se apresentava como uma estratégia de inserção no novo cenário.

Após a abordagem da 3ª obrigação do manifesto da União Republicana, que tratava da Igreja Católica, encaminhamo-nos agora para uma breve abordagem da 9ª obrigação do manifesto, em que a agremiação assumiu o compromisso de “promover o bem-estar das classes operárias” (Chronica..., 1890, p. 1). Diferente do que observamos acerca da Igreja Católica, o jornal *O Estado do Ceará*

apresentou pouquíssimo conteúdo relacionado aos operários. A União Republicana não fez jus, na imprensa, ao que prometeu em seu manifesto.

A organização dos trabalhadores em torno da República recém-proclamada não foi homogênea e, na Fortaleza daquela época, surgiram dois grupos divergentes que buscavam se estruturar e conquistar espaço na nova conjuntura: o Partido Operário e a União Operária. Esses grupos tinham, como tendência de atuação, um caráter positivista. Segundo Batalha (2000), a tendência positivista consistia em defender as melhorias de condições de vida e trabalho por meio de “apelos às autoridades, apresentação de candidatos operários para os cargos eletivos e busca de formas de entendimento sem recurso à greve e outras formas mais radicais de luta” (Batalha, 2000, p. 26).

Analisando o jornal *O Estado do Ceará*, identificamos apenas duas edições que continham algo relacionado aos operários cearenses. No número 2, do dia 22 de julho de 1890, o jornal apresenta uma publicação do Partido Operário. O texto da publicação tratava da reunião ocorrida no dia anterior, onde, na ocasião, o Partido Operário recebeu a visita de um representante da União Operária, Sr. João da Rocha, que pedia a união dos *artistas*⁹. Esse pedido de união não foi aceito pelo Partido Operário que, de acordo com o breve relato do ocorrido, discordou das considerações do representante da União Operária a respeito dos intuítos políticos da agremiação. Ainda na mesma publicação, foi informado que a escolha do candidato do Partido Operário seria realizada a 3 de agosto, por meio de um “escrutínio prévio”.

Após esta publicação, o Partido Operário só voltara a aparecer nas páginas d’*O Estado do Ceará* no dia seguinte à eleição para a Constituinte, como vítima da violência do Governo Provisório à véspera do pleito. A 16 de setembro de 1890, o jornal apresentou a narrativa sobre a desolação e o terror que dominavam a capital. Narrou o episódio em que a “guarda cívica” do Ceará repreende bruscamente operários e “diversos cidadãos respeitáveis” que acompanhavam, em passeata, Anderson Ferro até sua casa. A passeata era uma demonstração de apoio ao Partido Operário e uma forma de mostrar ao governo provisório que o eleitorado não “pertencia” somente aos seus candidatos.

Entendendo que os dois grupos operários já tinham alianças com outras agremiações políticas, e que o Partido Operário buscava se fortalecer à medida que o pleito do dia 15 de setembro se aproximava, temos, como hipótese, que a União Republicana, agremiação que buscava aliados a fim de chegar ao pleito com um grande número de eleitores e apresentar ao governo provisório sua influência política no novo cenário inaugurado com a proclamação da república, não encontrou, nas classes operárias, o apoio desejado. Desse modo, não teria motivos para cumprir com a obrigação 9 do seu manifesto.

⁹ Nos jornais que utilizamos como fonte e na bibliografia sobre o período estudado, os trabalhadores denominados como artistas são aqueles que exerciam pequenas profissões. Segundo Cardoso (2009), esses artistas eram “[...] marceneiros, mestres-de-obra, escultores, curtidores, pintores, dentre outros trabalhadores afeiçãoados às habilidades manuais “[...]” (Cardoso, 2009, p. 146). Nas narrativas dos jornais Cearense, Libertador e O Estado do Ceará, as palavras trabalhadores, artistas e operários são usadas como sinônimos.

Considerações finais

Sob uma atmosfera de fortes expectativas e incertezas criada pela nova ordem que se inaugurava com o 15 de novembro de 1889, políticos cearenses buscavam manter espaço na política local empreitando novas alianças. Durante o primeiro ano da República, o movimento de reorganização política no Ceará foi intenso, enquanto novos grupos surgiam, outros iam se adaptando a fim de disputarem a corrida pela condução da nova forma de governo.

Posto isto, este estudo buscou analisar a fundação da União Republicana, percebendo quais eram seus objetivos a partir da observação de algumas das obrigações presentes em seu manifesto de fundação e destacar as considerações dos demais grupos políticos do período sobre o surgimento desse novo partido veiculadas na imprensa cearense durante o primeiro ano da República.

A análise aqui conduzida permitiu aferir que a União Republicana, agremiação política fruto da aliança entre antigos chefes políticos dos partidos monárquicos liberal e conservador - Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz, respectivamente, foi uma estratégia dos desses chefes políticos, outrora adversários, a fim de somar forças para permanecerem em cena. A partir da leitura e análise de alguns números do *Estado do Ceará*, observamos que este grupo construía, em suas páginas, uma república com base nos costumes, tradição política advinda da monarquia e valorização das tradições religiosas. Para os sujeitos que faziam parte dessa agremiação, a nova forma de governo deveria ser instaurada sem movimentos bruscos, seguindo o curso natural das coisas.

Constatamos, ao analisar os demais jornais citados neste trabalho, que a União Republicana não foi bem recebida pelos dois outros grupos com presença marcante no cenário político do período estudado. A aliança entre Nogueira Accioly e Barão de Aquiraz foi vista de fato como uma manobra para angariar apoio eleitoral, uma vez que, a União Republicana, por meio das páginas do jornal *Estado do Ceará*, apresentava um amalgama de ideias republicanas e de preservação de princípios do antigo regime. Nessa mistura, o laço com as antigas práticas monarquistas se sobressai, e um projeto de República moderada vai sendo construído, marcado pela permanência das elites tradicionais.

REFERÊNCIAS:

AO ELEITORADO cearense. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 27, Fortaleza, 22 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&Pesq=perante&pagfis=10>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BATALHA, C. H. de M. **O movimento operário na Primeira República**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CARDOSO, G. P. “**Bardos da canalha, quaresma de desalentos**”. Produção literária de trabalhadores em Fortaleza na Primeira República. 2009. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CARDOSO, G. P. **Práticas Letradas e a Construção do Mito Civilizador em Fortaleza**. “Luzes”, Seca e Abolicionismo em Fortaleza (1860-1930). Fortaleza: EDUECE/ Museu do Ceará, 2016.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CEARENSE. **Cearense**, ano XLIV, n. 158, Fortaleza, 18 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22774>. Acesso em: 23 ago. 2021.

CHRONICA Política. **Cearense**, ano XLIV, n. 162, Fortaleza, 23 jul. 1890, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%c3%a9%20construir&pagfis=22790>. Acesso em: 3 set. 2021.

COMMUNICADO. **Cearense**, ano XLIV, n. 162, Fortaleza, 23 jul. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709506&Pesq=Instruir%20%C3%A9%20construir&pagfis=22791>. Acesso em: 3 set. 2021.

GAZETA do norte. **Libertador**, ano X, n. 161, Fortaleza, 16 jun. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=229865&pagfis=4164>. Acesso em: 27 mai. 2021.

LESSA, R. **A invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

MONTENEGRO, A. F. **Os partidos políticos no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

PARTIDO operário. **O Estado do Ceará**, ano 1, n. 2, Fortaleza, 22 jul. 1890. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/estado-ceara/225746>. Acesso em: 07 nov. 2021.

PERANTE o governo. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 17, Fortaleza, 8 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&pagfis=62>. Acesso em: 26 ago. 2021.

RECLAMAÇÃO do Episcopado Brasileiro. **O Estado do Ceará**, ano I, n. 26, Fortaleza, 21 ago. 1890, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=225746&Pesq=perante&pagfis=98>. Acesso em: 06 dez. 2021.